



“O FUTURO SERÁ ANCESTRAL”: POR UMA OUTRA EPISTEMOLOGIA DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL CONTEMPORÂNEO (SESSÃO TEMÁTICA 13)

Renata Michelon Cocco

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) | renatamcocco@usp.br

André Augusto Araújo Oliveira

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) | andreaugustoa@usp.br

Maria Sylvia Baptista Serra

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) | masylvia.serra@usp.br

Sessão Temática 13: Colonialidade do saber urbano e regional

Resumo: O olhar decolonizado e ecológico para com o planejamento urbano e regional contemporâneo é um convite ao debate e à reflexão acerca dos impactos da colonialidade do saber nas diferentes esferas do ensino, planejamento e projeto, trazendo luz à pluralidade e à diversidade das epistemologias indígenas, quilombolas e etc. para novas abordagens de leitura e planejamento territorial. Como aporte teórico, é mobilizado um conjunto de autores de diferentes domínios e momentos históricos. Entre eles destacam-se Boaventura de Sousa Santos, Frantz Fanon, Aníbal Quijano e Walter Mignolo primeiramente no que diz respeito às implicações do colonialismo numa colonialidade dos saberes e às questões que atravessam seu debate epistemológico. Em um segundo momento, a partir de visões cosmológicas de Ailton Krenak e Nego Bispo, propõe-se a necessidade de entendimento e incorporação da ecologia dos saberes e do olhar decolonial para a construção de um planejamento mais holístico, justo e transdisciplinar.

Palavras-chave: epistemologias indígenas; saberes orgânicos; planejamento territorial; paisagem.

“THE FUTURE WILL BE ANCESTRAL” : TOWARDS ANOTHER EPISTEMOLOGY OF CONTEMPORARY URBAN AND REGIONAL PLANNING

Abstract: *The decolonized and ecological perspective on contemporary urban and regional planning is an invitation to debate and reflect on the impacts of the coloniality of knowledge in the different spheres of teaching, planning and design, shedding light on the plurality and diversity of indigenous and quilombola epistemologies, etc., for new approaches to reading and territorial planning. As a theoretical contribution, a group of authors from different domains and historical moments are mobilized. Among them, Boaventura de Sousa Santos, Frantz Fanon, Aníbal Quijano and Walter Mignolo stand out, firstly with regard to the implications of colonialism in a coloniality of knowledge and the issues that permeate their epistemological debate. Secondly, based on the cosmological visions of Ailton Krenak and Nego Bispo, the need to understand and incorporate the ecology of knowledge and the decolonial perspective for the construction of a more holistic, fair and transdisciplinary planning is proposed.*

Keywords: *indigenous epistemologies; organic knowledge; territorial planning; landscape.*

“EL FUTURO SERÁ ANCESTRAL” : HACIA OTRA EPISTEMOLOGÍA DE LA PLANIFICACIÓN URBANA Y REGIONAL CONTEMPORÁNEA

Resumen: *La mirada descolonizada y ecológica sobre la planificación urbana y regional contemporánea es una invitación al debate y la reflexión sobre los impactos de la colonialidad del conocimiento en las diferentes esferas de la enseñanza, la planificación y el diseño, sacando a la luz la pluralidad y diversidad de epistemologías y conceptos indígenas y quilombolas. etc. para nuevos enfoques de lectura y planificación territorial. Como aporte teórico se moviliza un grupo de autores de diferentes ámbitos y momentos históricos. Entre ellos destacan Boaventura de Sousa Santos, Frantz Fanon, Aníbal Quijano y Walter Mignolo, principalmente en lo que respecta a las implicaciones del colonialismo en una colonialidad del conocimiento y las cuestiones que permean su debate epistemológico. En un segundo momento, a partir de las visiones cosmológicas de Ailton Krenak y Nego Bispo, se propone la necesidad de comprender e incorporar la ecología del conocimiento y la perspectiva decolonial para la construcción de una planificación más holística, justa y transdisciplinaria.*

Palabras clave: *epistemologías indígenas; conocimiento orgánico; planificación territorial; paisaje.*

INTRODUÇÃO

Segundo Boaventura de Souza Santos, são anti sistêmicos os movimentos que se opõem radicalmente ao sistema dominante e que lutam contra o capitalismo, o colonialismo e a democracia liberal (Krenak, Silvestre, Santos, 2021). No escopo destes estudos anti sistêmicos emergentes nas ciências sociais, a decolonialização do conhecimento e a ecologia do saber se sobressaem como dois conceitos essenciais para a construção de uma outra epistemologia dos saberes que desafiam o conhecimento ocidental, principalmente eurocêntrico, até então sabido. O dismantelamento dos vínculos entre a colonialidade do poder e a do saber perpassa muitos temas, desde a justiça social e epistemológica até o desenvolvimento sustentável do território, justamente pelo agravamento da crise climática.

Neste escopo, a análise crítica acerca do urbano e do regional parte de um olhar de investigação, de estranhamento das doutrinas eurocêntricas e estruturas-modelo de planejamento estipuladas para a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo e que acabam se refletindo na prática majoritária dos projetos pela grande influência que herdaram desse ensino tradicional produzido pelas Instituições de Ensino Superior (IES). Sobre este ponto da validação do conhecimento pelas IES, seguindo o contra fluxo do pensamento hegemônico, para os autores da contracolônização como Antônio Bispo dos Santos, a universidade faz parte do sistema, é mercadoria do sistema e reproduz as violências desse sistema (Bispo dos Santos, Silva, 2022).

Ademais, sobre a lógica globalizante que se apropria das universidades, Almeida Filho (2016) alerta para uma nova espécie de neocolonialismo no Sul Global, baseado na dominação intelectual e científica quando a abertura acadêmica se faz no trato empresarial dado ao ensino superior. Diferentemente do ensino tradicional, de acordo com Castro-Gómez (2007), a epistemologia indígena e africana é por si mesma “outra” porque provém de um movimento étnico-social e não de uma instituição acadêmica.

Metodologicamente, este trabalho mobiliza como aporte teórico ao debate, um conjunto diverso de autores de diferentes domínios, contextos e momentos históricos. De caráter qualitativo e interseccional, a revisão de literatura busca dialogar de modo participativo entre esses autores, tais como Boaventura de Sousa Santos, Frantz Fanon, Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Santiago Castro-Gómez, Nego Bispo, Ailton Krenak e entre outros.

Em um primeiro momento a discussão se debruça sobre as abordagens históricas e conceituais decoloniais e da ecologia dos saberes, para depois aprofundar-se na realidade contemporânea da colonialidade do saber e do poder no contexto multiescalar urbano e regional. Ao ouvir o relato dos autores vemos que certos pontos da história não são “águas passadas” e que para além do ativismo posto em prática no território, se faz necessário ao debate crítico-reflexivo entre gestores, educadores, pesquisadores, etc., a sensibilização pelo

apagamento constante dos saberes de povos originários na América Colonial ainda nos dias atuais.

Em um segundo momento são apontadas as questões que atravessam o planejamento urbano e regional brasileiro no que diz respeito a reprodução dessa epistemologia dominante na sua estrutura, debates e valores. E para finalizar, com o intuito de criar laços entre a ecologia dos saberes, as paisagens ancestrais e o planejamento territorial contemporâneo, são apresentadas algumas reflexões atuais acerca de processos de pesquisa e ensino que auxiliam no despertar desse olhar decolonial e antissistêmico e assim, se tornam terreno fértil para outras formas de ver, compreender e atuar no território.

DECOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E ECOLOGIA DO SABER: ABORDAGENS HISTÓRICAS E CONCEITUAIS

Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses em seu livro "Epistemologias do Sul" (2009) afirmam que não existem epistemologias neutras e justamente as que se dizem neutras, são as que em realidade menos são. Epistemologias e, conseqüentemente, saberes são experiências diversas e contextuais que produzem e reproduzem conhecimento que é validado pela sociedade e pelos diferentes grupos sociais como tal. Dessa forma, coloca-se em questão o papel do colonialismo e do capitalismo moderno na construção de uma epistemologia fundada na colonialidade do poder e dos saberes (Quijano, 2005). Em sua pretensa universalidade, essa teoria do conhecimento se impôs ao relegar e violar outras práticas sociais de conhecimento que não fossem a moderna cristã ocidental (Santos, Meneses, 2009; Bispo dos Santos, 2023).

Nesse sentido, Walter Mignolo (2018; 2008) argumenta que a decolonização do conhecimento é essencial para desafiar e superar a hegemonia das epistemologias eurocêntricas, pois ela visa dismantelar as estruturas e práticas coloniais que ainda permeiam a produção e a validação do saber. Este processo envolve reconhecer e valorizar os conhecimentos produzidos por sociedades indígenas, africanas e outras comunidades marginalizadas, historicamente subjugadas pelo imperialismo e colonialismo europeu. Neste caso, a decolonização propõe uma revalorização desses saberes, tratando-os não como exóticos ou inferiores, mas como formas legítimas de entendimento do mundo buscando assim, uma epistemologia que não esteja centrada apenas em paradigmas ocidentais, mas que seja enriquecida pela diversidade de perspectivas e experiências.

Já a ecologia dos saberes, conceito desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos (2019; 2018; 2017; 2009; 2001), complementa a decolonização ao promover um diálogo entre diferentes formas de conhecimento. Em vez de hierarquizar os saberes, a ecologia dos saberes reconhece a importância e a interdependência de diversos tipos de conhecimento, sejam eles científicos, tradicionais, populares ou espirituais. Este conceito sugere uma

abordagem que valoriza a diversidade epistêmica, reconhecendo que cada forma de saber possui suas próprias lógicas, metodologias e contribuições para a compreensão da realidade.

Apesar do termo "ecologia dos saberes" ser mais diretamente associado a Boaventura de Sousa Santos, há uma contribuição de Mignolo para uma abordagem similar. O autor introduz o conceito de "pensamento fronteiro", que envolve pensar a partir das margens e fronteiras das epistemologias dominantes. Em vez de uma universidade que promove uma única visão do mundo, Mignolo defende a "pluriversidade", um espaço onde múltiplas epistemologias coexistem e interagem. Este conceito é crucial para uma nova epistemologia dos saberes que valoriza a diversidade e a justiça epistêmica.

Frantz Fanon (1952; 2008) argumenta que o colonialismo não apenas domina fisicamente os territórios colonizados, mas também exerce um profundo controle psicológico sobre as culturas dos colonizados. Em sua obra seminal *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Fanon examina como o colonialismo impõe uma inferioridade psicológica aos colonizados, desvalorizando suas culturas e epistemologias, afirmando que a decolonização do conhecimento é essencial para a verdadeira libertação, exigindo a rejeição das epistemologias coloniais que perpetuam a inferiorização dos saberes não ocidentais.

Historicamente, essa produção da desigualdade trazida pelos autores, refletiu severamente na continuidade e na representatividade dos saberes dos povos tradicionais, os quais mais tarde, migrando do rural para o urbano ou então, permanecendo em comunidades rurais, herdaram os modos de vida de seus ancestrais. Essa herança é o que define atualmente a base dessa grande mistura étnico-cultural que representa a América Latina e o Brasil e que está nas veias de seus cidadãos. Por outro lado, se os saberes, em grande parte mantidos pela oralidade em territórios indígenas, quilombolas, caiçaras e camponeses não forem preservados e perpetuados em ambientes vivos de ensino – o que não se refere aos prédios escolares aos moldes coloniais, mas sim às escolas e universidades populares – correm o risco iminente de apagarem-se ameaçados pelo capital e pelas más políticas territoriais.

Nas camadas mais rústicas e apegadas à terra que são os povos originários, o "fazer com" tem mais protagonismo do que o "fazer para" que é a lógica de um sentido utilitário da vida, oposto à relação de fruição, ou seja, à dança cosmológica da existência de todos os seres (Bispo dos Santos, Silva, 2022). Como exemplo dessa fruição, na América pré-colombiana, a interação com a natureza física e do saber estava atrelada à relação religiosa do homem com a terra que era considerada sagrada e assim, era vista como viva. As lavouras em degraus férteis nos Andes e os aquedutos de irrigação onde hoje há deserto só foram possíveis em um império que não conhecia o ferro, a roda ou o cavalo, pela alta capacidade de organização e conhecimento profundo do meio em que habitavam (Galeano, 2010). Para os indígenas, todos os seres vivos, a montanha, o rio ou a mata são vistos e tratados com a mesma condição. A montanha pode tanto se comportar como amistosa ou perigosa, zangada. Logo,

há uma linguagem que define os seus sinais e que os torna legíveis aos indígenas pelo seu costume em observá-los.

O que sabemos hoje é que esses saberes se entrecruzam com os saberes da ciência moderna, porém através de um código linguístico holístico dos seus moradores, adquiridos pelo profundo conhecimento da natureza que habitam e convivem diariamente ao longo de várias gerações. Em todos esses casos de relação muito sensível e espiritualizada com a natureza, essa compreensão se chama “biointeração” e perpassa o limite da “sustentabilidade”, conceito este criado pela ciência acadêmica. Nesse mote, ao contrário da ideia ocidental de desenvolvimento sustentável, a natureza e os povos originários sabem o que é a biointeração e assim, o saber orgânico das comunidades tradicionais se diferencia do saber sintético dos colonizadores. Vale destacar que saber orgânico não é saber empírico, mas sim, experiências, modos de vida ancorados pela cosmologia indígena, modelo que Nego Bispo chama de “envolvimento”, ideia oposto ao “desenvolvimento” ocidental (Bispo dos Santos, 2015; 2023). O modelo de envolvimento tem fluxo circular, com “começo, meio e começo”, oposto ao fluxo linear ou vertical de “começo, meio e fim”.

Além da visão circular da vida, semeado por Nego Bispo, o termo “confluências” é central no debate ecológico e significa que “nem tudo que se junta se mistura, nada é igual”, isto é, os diálogos e as ecologias dos saberes constroem-se a partir do que nos une e do que nos separa, ou seja, do que converge e diverge ao mesmo tempo (Bispo dos Santos, 2015, p. 89). Desse modo, a lógica cosmovisiva que flui organicamente é biointerativa e respeitosa em todas as suas relações. Na cosmovisão, que envolve também a teoria de Gaia, isto é, da terra viva, a recriação do mundo é um evento possível o tempo inteiro, sem relações de controle e predefinições que geram o medo.

Do contrário a lógica cosmológica de ser, Bispo fala que desenvolvemos a “cosmofobia”, ou seja, o medo da natureza herdado pela desconexão humana com o reino animal. Nesse sentido, em *A vida não é útil*, Ailton Krenak (2020) fala que narrativas plurais das epistemologias expandem muito o nosso sentido de ser, nos tira o medo, como também o preconceito contra os outros seres. O pensamento territorializado e as confluências, são, portanto, caminhos possíveis que a ecologia dos saberes abre para unir novamente cultura e natureza, e enfraquecer o padrão humano adormecido e desconectado diante da crise planetária que a sociedade do consumo estabeleceu. Assim, os estudos decoloniais sobre as paisagens latino-americanas atualmente atentam para um novo caminho de descolonização do imaginário urbano e da dicotomia que não respeita o direito à pluralidade de um pensamento-outro (Suess, Silva, 2019).

Ao transpormos essas reflexões para a esfera do território é importante que o façamos a partir de perspectivas multi-escalares e multi-dimensionais, visões que valorizam a multiplicidade de tipos, vivências e sujeitos no espaço do vivido, o que Rogério Haesbaert (2007) chamou de uma multiterritorialidade. Nesse sentido, o território se torna o conceito e

o local mais pertinente para se analisar as relações de poder no espaço e seu movimento complexo e em redes, oferece pistas para se entender a ação e a agência dos sujeitos no espaço (Haesbaert, 2020). Dessa forma, diferentemente das matrizes européias que tratam de dimensões jurídico-políticas, a leitura latino-americana sobre o território ao dialogar com um corpo-território e com os movimentos sociais, faz um convite para refletir sobre a esfera do vivido, das práticas e do uso do território, segunda fala Milton Santos (2006).

O geógrafo também afirma que, a procura por uma outra epistemologia dos territórios perpassa reconhecer o local do corpo e da corporeidade como espaço, marcado e transformado pela cultura e pela sua conexão com o mundo (2020). Esse corpo no território não é neutro e universal, ele têm especificidades (raça, sexualidade, religião, gênero, idade e classe econômica), ele emerge enquanto conjugação do indivíduo (singular) e de seu grupo social (coletivo) (Haesbaert, 2020). O diálogo junto a territórios-corpos é justamente o entendimento de uma relação indissociável entre os sujeitos e seus espaços de vida cotidiana, em seu conteúdo material, simbólico e relacional. A necessidade de uma outra epistemologia do conhecimento no território deixa evidente que o conhecimento está "in-corporado" nesses sujeitos atravessados na agência e na construção de espaços e territórios vivos.

(...) la invitación que deja la propuesta cuerpo-territorio es mirar a los cuerpos como territorios vivos e históricos que aluden a una interpretación cosmogónica y política donde en él habitan nuestras heridas, memorias, saberes, deseos, sueños individuales y comunes y a su vez, invita a mirar a los territorios como cuerpos sociales que están integrados a la red de la vida y por tanto, nuestra relación hacia con ellos debe ser concebida como 'acontecimiento ético' entendido como una irrupción frente a lo 'otro'... (Cruz Hernández, 2017:43) (Haesbaert, 2020, p. 76).

O reconhecimento da territorialização dos corpos e dos corpos territorializantes significa a consolidação do pertencimento e o enraizamento de um pensamento calcado nas relações e redes do espaço. Contra um sentimento desterritorializante de desvinculamento e alienação dos indivíduos através do controle e dominação de seus corpos enquanto instrumento produtivo e submisso (Haesbaert, 2020), indígenas, quilombolas e mulheres são protagonistas na reflexão sobre a importância de uma corpo-política do conhecimento e de um território-corpo para a construção de uma outra epistemologia de um pensamento territorializado e relacional.

COLONIALIDADE DO SABER URBANO E REGIONAL

A "colonialidade do saber" revela um processo de subordinação e exclusão das formas de conhecimento locais, regionais e populares, em detrimento de saberes ditos universais, forjados sob uma lógica eurocêntrica e colonial. Santiago Castro-Gómez, em sua crítica à modernidade, demonstra como o saber urbano ocidental constrói uma hegemonia do conhecimento que marginaliza outras epistemologias, especialmente as advindas das periferias urbanas e das regiões fora dos centros hegemônicos de poder. Essa colonialidade

cria uma hierarquização entre o que é considerado válido e o que é descartado, perpetuando uma invisibilização dos saberes produzidos em contextos urbanos subalternizados e em regiões interioranas, principalmente na América Latina. Esse processo reproduz uma lógica de controle e dominação do espaço e do conhecimento.

No entanto, em sua análise, Nego Bispo, traz à luz a importância dos "saberes da terra" e dos "saberes de experiência", que resistem à colonialidade e à padronização imposta pelo saber técnico e acadêmico. Ele denuncia a colonialidade que define o que deve ser considerado desenvolvimento urbano e progresso, desconsiderando os modos de vida e de saber das populações tradicionais, camponesas e periféricas. Essa colonialidade do saber não apenas organiza as cidades e regiões a partir de um centro que dita normas e diretrizes, mas também impõe formas de pensar o espaço e a vida, limitando a pluralidade epistemológica e criando uma hegemonia do pensamento tecnocrático e urbano.

Ao desenvolver a teoria da dependência, Ruy Mauro Marini, expõe como o processo de urbanização nas periferias globais está intrinsecamente ligado à exploração e subordinação dos países centrais sobre os países periféricos. A colonialidade do saber se manifesta na forma como os centros urbanos das metrópoles latino-americanas, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Cidade do México, se tornam replicadores de modelos de desenvolvimento urbano europeus e estadunidenses. Ao seguir esses padrões, as cidades da periferia mundial se afastam das realidades locais e das necessidades de suas populações, reforçando um modelo excludente de urbanização. A dependência econômica se reflete também na dependência de modelos de saber, que desconsideram a história, a cultura e os modos de viver de suas populações.

Em seu trabalho sobre educação intercultural, Paulo Speller, aponta que o sistema educacional e a produção do conhecimento, sobretudo nas cidades, operam dentro de um paradigma colonial que separa o saber acadêmico das vivências locais. Ele defende que as cidades e as regiões precisam adotar uma pedagogia do diálogo intercultural, em que os saberes regionais e urbanos sejam reconhecidos como partes integradas da construção do conhecimento. A colonialidade do saber urbano tem transformado a educação e a produção de conhecimento em ferramentas de controle e uniformização, distanciando-se das realidades complexas e plurais das regiões e das periferias urbanas.

Dessa forma, a colonialidade do saber urbano, assim, reflete um contínuo processo de exclusão dos saberes regionais e populares na organização dos territórios e das cidades. As elites urbanas, ao legitimar apenas os saberes hegemônicos, reproduzem uma visão tecnocrática que ignora as especificidades locais. O saber urbano colonizado, inspirado em modelos eurocêtricos, também impõe uma visão única de progresso, de desenvolvimento e de organização do espaço urbano. Em contrapartida, há um movimento crescente que busca resgatar e valorizar os saberes tradicionais, como uma forma de resistência e como uma crítica ao colonialismo ainda presente nas dinâmicas urbanas e regionais.

A proposta de Nego Bispo é que a superação da colonialidade do saber passa pelo reconhecimento da interdependência entre saberes regionais e urbanos, rurais e tecnológicos, populares e acadêmicos. Para ele, o desafio é construir cidades e regiões que reconheçam o pluralismo epistemológico, onde a cidade não seja apenas espaço de exclusão, mas de diálogo entre as diferentes formas de saber e de viver. Nesse sentido, é necessário desconstruir a ideia de que o saber válido é apenas aquele que vem dos centros de poder, das universidades ou dos gabinetes técnicos. O saber das ruas, das periferias e dos territórios tradicionais também é fonte de conhecimento sobre a cidade e a vida.

Sendo assim, a colonialidade do saber urbano e regional evidencia a forma como o conhecimento hegemônico, derivado de uma lógica colonial e eurocêntrica, se impõe sobre os saberes locais e tradicionais. Para desconstruir essa hierarquia, é necessário um movimento de valorização dos saberes de experiência, como aponta Nego Bispo, e uma crítica radical à dependência cultural e epistemológica, como destaca Ruy Mauro Marini. A educação intercultural, conforme propõe Paulo Speller, pode ser um caminho para a construção de cidades e regiões mais inclusivas e pluralistas. Assim, ao romper com a colonialidade, abre-se a possibilidade de uma urbanização e regionalização que reflitam a diversidade e as necessidades de suas populações, construindo um futuro mais justo e democrático.

“O FUTURO SERÁ ANCESTRAL”: A ECOLOGIA DOS SABERES PARA O PLANEJAMENTO CONTEMPORÂNEO DE CIDADES E REGIÕES

Segundo o geógrafo Milton Santos (2006), a partir das camadas visíveis, hegemônicas, e das invisíveis, contra-hegemônicas, a cidade se estabelece em uma lógica multifacetada. As reflexões sobre a produção do espaço urbano em espaços tido como “opacos” ou espaços de exclusão quando se refere ao fenômeno da ocupação informal/autoconstrução em áreas de favela em detrimento das áreas urbanas com farta infraestrutura, então chamadas de “luminosas”, por exemplo, chamam a atenção para as particularidades de cada paisagem e avançam para um caminho de resignificação desse pensamento doutrinário e dicotômico, onde há sempre um modo certo e um modo errado de ocupação do espaço (Perpétuo, 2022). Na realidade dos fatos, não há. O processo de esquizofrenia urbana das cidades brasileiras, indicado por um urbanismo excludente conforme a conveniência e interesse das classes de poder, mostra que os próprios planos urbanísticos muitas vezes descartam os demais territórios, os quais passam a ser vistos como áreas periféricas caóticas e sem planejamento (Rolnik, 2015).

Nessa lógica discriminatória, há um abismo entre o real e o ideal ou visto como “aceitável” no campo do planejamento territorial, e assim como os espaços opacos das periferias urbanas, os espaços produzidos pelo campesino, negro ou indígena, são apresentados sempre à margem da leitura de alguma estrutura principal, como o contexto biofísico do lugar. Por outro

lado, a crítica a um modelo ou tipologias ideais de planejamento podem ser vistos como uma primeira aproximação da lógica colonial e liberal intrincada desde o processo de formação de planejadores em cursos de arquitetura e urbanismo, como tem abordado Moassab e Name (2020) com suas propostas de ensino de um paisagismo crítico e emancipatório no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Segundo Moassab e Name (2020), é tarefa do ensino de paisagismo a investigação de diferentes realidades de urbanismo que fogem das "paisagens-tipo", como os assentamentos informais, as áreas de riscos ambientais e sua distribuição desigual na cidade, os espaços de agroecologia (agricultura familiar socioambientalmente mais justa) e as infraestruturas verdes ou Soluções Baseadas na Natureza (SBNs) utilizadas nos espaços livres. Assim, o ensino e as atividades de extensão em arquitetura atrelados ao debate da justiça ambiental e do direito à cidade, visa estimular a inclusão de diferentes paisagens, linguagens e racionalidades de formas e ecologias urbanas na trajetória projetiva de arquitetos e urbanistas (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009).

Na área da arquitetura da paisagem, um exemplo dessa visão distorcida de que o produto europeu, "desejável e globalizado", popularmente é tido como superior, se trata da desvalorização das plantas nativas dos biomas brasileiros. Segundo Cardim (2022), tanto paisagistas como a população em geral possuem dificuldade em ver beleza e funcionalidade nas espécies nativas, tornando-as triviais e sem importância. A natureza selvagem da biodiversidade brasileira foi historicamente ensinada a ser temida pela necessidade de controle e segurança do colonizador português em relação aos perigos de uma floresta até então desconhecida, como também pelo estranhamento da flora brasileira em comparação à europeia. Novamente, o pensamento binário e o medo à complexidade do que é tido como diferente, ecoam até hoje nos projetos paisagísticos como retórica de que a vegetação nativa é pejorativamente tida como "mato" no sentido de "sujeira", por aparentemente gerar desvalorização estética em espaços livres públicos, porém estes são reflexos de vícios do apregoamento colonizador (Cardim, 2022).

Nesse contexto, os esforços para um novo olhar, que procura dar "visibilidade para os elementos invisíveis da paisagem" (Suess, Silva, 2019, p. 29), a decolonidade do ser e do saber auxilia na desconstrução de verdades absolutas que povoam o nosso imaginário coletivo e principalmente, no caso das paisagens, a sentir-pensar-produzir o espaço geográfico de outras maneiras (Suess, Silva, 2019). Em *Ideias para adiar o fim do mundo*, Krenak fala que "O nosso apego a uma ideia fixa de paisagem da Terra e de humanidade é a marca mais profunda do Antropoceno" (Krenak, 2019, pp. 29). Nesse sentido, segundo Rosely Santos (2004), o que se vê no planejamento ambiental é que mapeamos as transformações temporais em demasia, mas não atentamos para o fato de que elas são insuficientes para debater as dinâmicas espaciais.

Nesse mote, em busca do olhar decolonial para a produção de cartografias contra-hegemônicas, o projeto Atlas do Chão, de Nobre e Sperling (2022), é outro exemplo aplicado aos cursos de arquitetura e urbanismo que foca no contexto brasileiro e aborda as desigualdades resultantes da colonização e as ameaças decorrentes da exploração do meio ambiente, problematizando as “representações eurocêntricas do planeta que condicionam profundamente nossa maneira de ver, pensar e agir”. O projeto trata-se de uma plataforma *online* construída a partir da colaboração de docentes universitários, estudantes, pesquisadores, ativistas, etc. Juntos, os autores desafiam a cartografia tradicional e através de pontos geolocalizados, geram constelações de fotografias, colagens e textos, que buscam desconstruir criticamente as narrativas sociopolíticas estabelecidas no espaço geográfico e que influenciam diretamente as interpretações históricas (Nobre, Sperling, 2022).

Não criar utopias ou ambientes que desconsiderem a natureza urbana e rural é sem dúvida, o ponto de partida e o desafio de planejadores da paisagem do século XXI. Não há mais como pensar o território sustentável sem identificá-lo na sua essência objetiva e subjetivamente (Heffes, 2013). E nesse sentido, os estudos contemporâneos apontam cada vez mais para a necessidade da multiescalaridade, ou seja, do olhar voltado para a relação cidade-região, que vai além do município. Frente a crise socioambiental, os regionalismos de diversas culturas brasileiras têm se destacado com mais força como parte integrante do planejamento das paisagens, seja pela busca da preservação desses territórios e seus modos de vida, ou pelo próprio avanço do pensamento contra-hegemônico em relação às estruturas coloniais de poder no território.

Ao ler o livro *Gauchismo líquido: reflexões contemporâneas sobre a cultura do Rio Grande do Sul*, da artista e doutora em Etnomusicologia, Clarissa Ferreira, uma reflexão acerca da crise de identidade que diversas culturas vivem na contemporaneidade, como a cultura gaúcha, a qual está finalmente conseguindo abrir brechas para encarar as marcas que o colonialismo europeu legou a seus povos e que hoje se expressa na dinâmica de regionalidades e paisagens muito próprias, como ocorre de norte a sul do Brasil:

“Dessa maneira, podemos constatar que estamos vivendo um período no qual as regionalidades são postas em evidência e no qual valoriza-se as características locais dos conjuntos sociais, em uma busca pela identidade contrária ao movimento globalizante. Ainda assim, estão presentes visões uniformizantes e padronizadoras sobre comportamentos e representações. Isso pode ser pensado a partir de Bauman quando este afirma que sofremos um “mal-estar na contemporaneidade”, momento em que se buscou compreender quais são as “raízes culturais” e os elementos constitutivos de nossa identidade” (Ferreira, 2023, pp. 145).

Desse modo, no âmbito da relação cidade-região, o planejamento contra-hegemônico deve ir muito além de suas estruturas físico-espaciais, pois abarca a colaboração ativa, participativa das comunidades tradicionais nos processos decisórios. Por conseguinte, a leitura das paisagens envolve as potencialidades e fragilidades dos relevos, das águas, das matas, do

sistema econômico, dos diferentes povos e culturas, das conexões reais que a malha urbana nos mostra, e por fim, das relações que as franjas urbanas estabelecem atualmente com o meio rural e suas comunidades (Heffes, 2013).

Sendo assim, "O futuro será ancestral" é uma provocação que nos convida a repensar o planejamento da paisagem contemporânea a partir de um diálogo entre saberes tradicionais e o pensamento crítico-ambiental. Para Ailton Krenak (2022), o futuro está intimamente ligado às nossas raízes ancestrais, pois só através da reconexão com a terra e os saberes dos povos originários seremos capazes de enfrentar as crises ambientais e sociais que atravessamos. Esse olhar descolonial desafia a ideia de progresso linear e nos orienta a buscar na ancestralidade respostas para a construção de paisagens que respeitem a diversidade ecológica e cultural. A "ecologia dos saberes", conceito trabalhado por Boaventura de Sousa Santos, reforça a importância da coexistência e do reconhecimento de diferentes epistemologias na gestão e planejamento territorial.

Em sua crítica ao capitalismo e à produção do espaço, David Harvey, aponta que a organização das paisagens urbanas e rurais no capitalismo tardio reflete um projeto de acumulação que despreza os saberes locais e as ecologias naturais. O planejamento da paisagem é, para Harvey, um campo de disputa onde os interesses econômicos predatórios frequentemente sobrepõem-se às necessidades da vida em comum. Esse modelo de urbanização e ocupação territorial desconsidera a interdependência entre o humano e o não-humano, aprofundando a crise ecológica. Ailton Krenak, ao propor o retorno ao "sonho da terra", nos lembra que essa crise é também uma crise espiritual e civilizatória. Portanto, o futuro das nossas paisagens deve ser construído com base na sabedoria ancestral, que entende o território como espaço sagrado e interconectado.

Entretanto, ao falar de "espaço banal", Milton Santos, descreve como a lógica capitalista homogeneiza e submete as paisagens a processos de globalização que ignoram as particularidades locais. O planejamento contemporâneo, segundo essa perspectiva, perde a capacidade de compreender a singularidade dos territórios, destruindo as formas de vida tradicionais que são intrinsecamente ligadas ao ambiente. Krenak ecoa essa crítica, sugerindo que o retorno ao saber ancestral é uma forma de resistir à devastação da terra e dos modos de vida que dependem dela. Para ele, a paisagem não é apenas um recurso, mas um ser vivo com o qual devemos nos relacionar de maneira respeitosa e equilibrada.

Em sua discussão sobre territorialidade, Marco Aurélio Saquet, nos lembra que o território é uma construção social e ecológica, onde a cultura e o ambiente se entrelaçam. O futuro da paisagem, segundo Saquet, deve ser pensado a partir das territorialidades múltiplas, onde os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos possam coexistir e dialogar. Ailton Krenak reitera que o futuro só poderá ser sustentável se for enraizado na ancestralidade, pois os povos originários têm uma relação de pertencimento com a terra que garante sua preservação. Nesse sentido, o planejamento da paisagem contemporânea precisa incorporar

essa "ecologia dos saberes", criando um horizonte de futuro que respeite a complexidade e a diversidade do território, onde o humano e o não-humano possam coexistir em harmonia.

Logo, quando se tem o olhar hegemônico do espaço urbano, não se dá a ênfase necessária à avaliação e ao estudo da diversidade ecológica e sociocultural desses espaços enquanto paisagens relevantes e sim, luminosas, as quais podem ser a fonte ou o ponto de partida não-convencional de "espectros variados que mostram maneiras outras de saber-fazer cidades" (Perpétuo, 2022, p. 203). De um espectro mais amplo, esse conceito também se aplica ao novo saber-ler e saber-projetar as paisagens. Segundo Heffes, (2013), o ponto de partida está em olhar para a cidade como ela é, com todas as suas complexidades sociais diferentes daquelas que a conceberam e com as estruturas naturais e vernaculares que já estão contidas nela, mas muitas vezes ocultas, pois estes são os grandes desafios para o desenvolvimento ecológico e sustentável de paisagens e territórios.

Dessa forma, conclui-se que a ideia de que "o futuro é ancestral" exige uma ruptura com as práticas de planejamento baseadas na exploração e no controle capitalista da natureza e dos povos. Ao valorizar os saberes ancestrais, como proposto por Krenak, temos a chance de redefinir o nosso lugar na terra, em harmonia com os ciclos naturais e com respeito às diversas territorialidades. O futuro das paisagens, assim, só poderá ser verdadeiramente sustentável se soubermos reconhecer e integrar os conhecimentos que nos conectam à terra desde tempos imemoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho busca se munir de vozes potentes de diversos intelectuais e dos conceitos da decolonidade dos conhecimentos e da ecologia dos saberes para fazer um convite à decolonização e ecologização das universidades, como forma de reconfigurar e valorizar os diversos modos de produzir conhecimento e de planejar a paisagem, bem como de reparar um profundo legado histórico de injustiças sociais.

A decolonização do conhecimento desafia a hegemonia eurocêntrica das instituições, propondo a inclusão e valorização de saberes tradicionais, indígenas, afrodescendentes e de outras culturas colocadas à margem do saber científico. Já a ecologia do saber, promove uma abordagem inclusiva de pluralismo epistemológico através do reconhecimento das diferentes formas de conhecimento que coexistem e dialogam, em uma lógica de cooperação e não de competição entre si.

No campo do planejamento da paisagem, com a valorização e união do olhar decolonial com a ecologia de saberes, surge a possibilidade de pavimentar um novo caminho para um futuro mais sustentável e equilibrado ao nível da sabedoria e do bem viver. Trata-se de um convite à transformação coletiva para a criação de uma base mais sólida a nível de ensino, planejamento e projeto da paisagem que busquem mitigar os efeitos sofridos no

enfrentamento da crise socioambiental contemporânea. A mudança de perspectivas deve promover, fundamentalmente, ações educadoras para uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos os saberes têm a oportunidade de florescer e de contribuir para o bem comum¹.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALMEIDA FILHO, Naomar. A universidade brasileira num contexto globalizado de mercantilização do ensino superior: colleges vs. Vikings. **Revista Lusófona de Educação**, v. 32, p. 11-30, 2016.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023.

_____.; SILVA, Givânia Maria da. Fuga, Escola e Oráculo. In: FIRMEZA, Y. et al. (orgs.). **Composto-escola: comunidades de sabenças vivas**. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

_____. **COLONIZAÇÃO, QUILOMBOS: modos e significações**. Brasília: INCT, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Justicia entre saberes: epistemologías del sur contra el epistemicidio**. Madrid: Ediciones Morata, 2017.

_____. **Construindo as Epistemologias do Sul: antologia esencial**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

_____. **O fim do império cognitivo: a afirmação das Epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

_____. MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

CARDIM, Ricardo. **Paisagismo sustentável para o Brasil: integrando natureza e humanidade no século XXI**. São Paulo: Olhares, 2022.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. Decolonizar la universidad. La *hybris* del punto cero y el diálogo de saberes. In: **El giro decolonial**, Reflexiones para una diversidad epistémica, más allá del capitalismo global, Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de

Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p.79-92.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.

----- . **Os condenados da terra**. Salvador: UFJF, 2005.

FERREIRA, Clarissa. **Gauchismo Líquido**: reflexões contemporâneas sobre a cultura do Rio Grande do Sul. 2a ed. Porto Alegre: Coragem, 2023.

FERREIRA, Joelson. Das escolas fechadas às escolas biomas. In: FIRMEZA, Y. et al. (orgs.). **Composto-escola**: comunidades de sabenças vivas. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: L&PM, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia, Ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007.

----- . **Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais**. GEOgraphia, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020.

HEFFES, Gisela. Utopías verdes: hacia una poética urbana de la conservación ambiental: geopolíticas del deseo en América Latina. In: HEFFES, G. **Utopías urbanas**: geopolíticas del deseo em América Latina. Madrid: Iberoamericana, 2013, p. 165-200. DOI: 10.31819/9783954870745-008

KRENAK, Ailton; SILVESTRE, Helena; SANTOS, Boaventura de Sousa. **O sistema e o antissistema**: Três ensaios, três mundos no mesmo mundo. São Paulo: Autêntica, 2021.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

----- . **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

----- . **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. [Orgs.]. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARINI, Ruy Mauro; SPELLER, Paulo. A universidade brasileira. **México: Revista de Educación Superior**, n. 22, 1977.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Introdução de The darker side of western modernity: global futures, decolonial options. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2017, v. 32, n. 94.

..... Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MOASSAB, Andréia; NAME, Leo. **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020, p. 335-344.

NEGO Bispo: contracolonialidade e justiça climática. Produção: Observatório da Branquitude. Rio de Janeiro, 2023. 1 hora, 1 min, 3 seg. Palestra de abertura do Seminário Emergência climática: uma herança da branquitude. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wTdZI-B2v_Y&list=LL&index=1>. Acesso em 27 mai. 2024.

NOBRE, Ana Luiza; SPERLING, David. Atlas do Chão: um experimento (contra)cartográfico-historiográfico. *In*: III Congreso de la Asociación Iberoamericana de Historia Urbana, III., 2022, Madrid. **Actas del III Congreso de la Asociación Iberoamericana de Historia Urbana**, Madrid, 2022, p. 1-18.

PERPÉTUO, Maini de Oliveira. Liminaridades do saber-fazer na produção cotidiana dos espaços opacos. **VIRUS**, n. 25, 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. [Org.]. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur Sur, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Rosely Ferreira dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SUESS, Rodrigo Capelle; SILVA, Alcinéia de Souza. A perspectiva decolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 23, 2019.

¹ Este trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e dos professores do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Manoel Rodrigues Alves e Anja Pratschke, que nos instigaram à pesquisa e à sua publicação.